Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
28/04/25
Edson Souza
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 176 , DE 2025.

(Proponente: Vereador Policial Madril/PP)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 17/04/25
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel;

REQUEIRO, nos termos que regem o art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, solicitando informações acerca do quadro de horas extras feitas pelos servidores do município.

1. Quais servidores municipais estão autorizados a realizar horas extras? Existe alguma regulamentação específica que define quais categorias ou cargos podem fazê-las?
2. Há um limite mensal de horas extras que cada servidor pode realizar? Se sim, qual é esse limite e como ele é controlado?
3. Existe controle formal das horas extras realizadas pelos servidores municipais? Se sim, como esse controle é realizado?
4. Quantas horas extras foram pagas aos servidores municipais nos últimos 12 meses? Apresente um detalhamento mensal.
5. Quais são os critérios utilizados para autorizar a realização de horas extras?
6. O pagamento das horas extras está sendo realizado dentro do prazo legal estabelecido?
7. Os servidores que realizam horas extras podem optar por banco de horas? Se sim, como funciona essa compensação?
8. Há diferença na remuneração de horas extras entre cargos efetivos e comissionados?
9. As horas extras são distribuídas de forma equitativa entre os servidores ou há concentração em determinadas áreas/departamentos?
10. Houve alguma auditoria ou fiscalização recente sobre o pagamento de horas extras?

É o que Requer. Sala de Sessões.
Cascavel, 06 de abril de 2025.

Policial Madril
Vereador /PP

Justificação:

O presente requerimento tem como objetivo obter informações detalhadas acerca da realização e do pagamento de horas extras pelos servidores municipais. A transparência na gestão dos recursos públicos exige um controle rigoroso sobre essas despesas, garantindo que sejam realizadas dentro dos limites legais e orçamentários.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

É fundamental compreender quais servidores estão autorizados a realizar horas extras, se há um limite mensal estabelecido e quais critérios são utilizados para sua concessão. Além disso, busca-se verificar se o pagamento dessas horas está sendo feito dentro do prazo legal, bem como a existência de eventuais passivos pendentes.

Outro aspecto relevante é entender se os servidores podem optar pelo banco de horas, como se dá essa compensação e se há diferenciação na remuneração de horas extras entre servidores efetivos e comissionados. Também se faz necessário averiguar se há concentração dessas horas em determinados setores ou se a distribuição ocorre de maneira equitativa, evitando distorções e garantindo justiça na alocação da jornada suplementar.

Por fim, a solicitação visa esclarecer se houve auditorias ou fiscalizações recentes sobre o tema, contribuindo para um maior controle administrativo e permitindo que eventuais irregularidades sejam corrigidas. Dessa forma, busca-se assegurar a legalidade, a moralidade e a eficiência na gestão dos recursos destinados ao pagamento de horas extras no âmbito do município.

Caso precise de ajustes ou queira que a justificativa tenha um tom mais formal ou direto, posso reformular!

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA